

Ao todo, participaram 35 pessoas que contribuíram com dezenas de propostas, muitas das quais repetidas ou muito semelhantes. O diagnóstico há muito que está feito e o caminho a seguir também não parece difícil de identificar. Falta por vezes vontade ou coragem para avançar com o tratamento.

João César das Neves, professor da Universidade Católica, resume em poucas palavras o que é preciso fazer: “A única forma de sair da crise é trabalhar mais e melhor, poupar mais, investir mais e melhor e ter imaginação, criatividade e improvisação. O resto é conversa”.

Uma espécie de desvalorização

Uma das soluções mais defendidas passa por uma desvalorização cambial simulada, já que Portugal não tem moeda própria desde que entrou na zona euro, em 1999. A ideia, apresentada com algumas variantes por diversos dos especialistas ouvidos pelo Expresso,

passa por reduzir a taxa social única (TSU) paga pelas empresas, reduzindo o custo do trabalho, e agravando o IVA, penalizando o consumo.

Assim, os bens seriam produzidos a um custo mais baixo — de preferência nos sectores transacionáveis — e poderiam ser mais competitivos no exterior. Em compensação o consumo interno, de bens importados, por exemplo, seria mais caro. Para compensar a perda de receita, além do IVA, há quem defenda o agravamento dos impostos sobre a propriedade, como é o caso do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Foi, aliás, o que propôs recentemente a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

João Ferreira Machado, diretor da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, aposta numa “redução (permanente) em 20 pontos percentuais da Taxa Social Única (que assim se situaria nos 3%) financiada pela imposição (temporária, por dois ou três

anos) de uma taxa única de IVA de 21%”. Há quem sugira também, em contrapartida da TSU, um agravamento dos impostos sobre a propriedade e a revisão das deduções fiscais, como é o caso de Manuel Caldeira Cabral da Universidade de Minho.

Outro ponto em que convergem muitas das sugestões é a necessidade de emagrecer o Estado, reduzindo entidades — há quem fale na extinção de 5000 organismos públicos — e funcionários públicos. Tudo para travar a despesa pública. A ideia de criar uma entidade que fiscalize as contas — algo que o Governo já se comprometeu com o PSD no âmbito do acordo do Orçamento do Estado — é também recorrente.

Entre as dezenas de propostas, houve também alguma sintonia em relação à necessidade de alterar o sistema fiscal. (ver as cinco principais propostas ao lado). Mas surgiram igualmente algumas ideias inesperadas, para o que tem sido o discurso dominante sobre a situação económica. Pedro Maia Gomes, da Uni-

versidade Carlos III de Madrid, propõe um imposto extraordinário sobre os lucros dos bancos nos últimos 10 anos e também, na área da educação, a criação de um programa nacional da matemática e da lógica para melhorar a capacidade de raciocínio dos jovens entre o 5º e o 9º anos de escolaridade.

Daniel Bessa, da Escola de Gestão do Porto e colunista do Expresso, defende o corte de 7% nos salários dos funcionários públicos em 2010 (o equivalente ao subsídio de Natal) ou, em alternativa, receber certificados de aforro que não poderiam ser movimentados. A verdade é que, com estas ou outras medidas, nada garante que o cenário de um recurso à ajuda exterior esteja completamente afastado. Ferraz da Costa diz mesmo que, caso não seja possível haver acordos políticos, é preferível pedir imediatamente o apoio do FMI e da Comissão Europeia.

jsilvestre@expresso.imprensa.pt
com A.C., A.S.S., C.A., I.V., J.F.P.F.,
J.M.P., M.F., S.M.L. e V.A.

AS PROPOSTAS MAIS VOTADAS

- Fazer uma desvalorização cambial artificial, através da redução da taxa social única e do aumento de impostos como o IVA ou IMI
- Extinguir organismos públicos para reduzir a despesa do Estado. Há quem fale em 5000 entidades a eliminar
- Reduzir o número de funcionários públicos, através de rescisões com indemnização ou eliminando aqueles com pior avaliação nos últimos anos
- Avançar com uma revisão do sistema fiscal, para o tornar mais simples, com taxas mais baixas e mais competitivo
- Criar uma entidade para fiscalizar as contas públicas e avaliar o impacto futuro das decisões políticas que vão sendo tomadas

XASOCIALÚNICA SEXPORTADORAS ALEGISLAÇÃO LABORAL ODE ORGANISMOS PÚBLICOS AAUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA MAFISCAL LICENCIAMENTOS MAIS RÁPIDOS TADOS REDUÇÃO DO IRC EXTINÇÃO DE GOVERNOS CIVIS ATIZAÇÃO DA CGD APOSTA NO MAR MODERNIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Promover o crescimento

A receita campeã para ajudar Portugal a crescer é o recurso a uma espécie de desvalorização cambial. Uma recomendação que não é nova e que foi sugerida por vários dos economistas. A ideia é reduzir a taxa social única paga pelas empresas, para baixar o custo do fator trabalho, e ao mesmo tempo compensar com subida de impostos. Economistas como Ricardo Reis, Manuel Caldeira Cabral ou Ferreira Machado preconizam este tipo de política, embora com graduações diferentes. Para estimular as exportações e apoiar as empresas, são também propostos benefícios fiscais aos sectores exportadores, linhas de crédito, licenciamentos mais rápidos e, entre outras coisas, o Estado pagar mais depressa aos fornecedores. Este último ponto foi sublinhado pelo presidente da Unicer, Pires de Lima. Existe também uma forte preocupação com a concorrência e com a necessidade de reforçar a intervenção da Autoridade da Concorrência (AdC), partilhada por Abel Mateus, ex-presidente da AdC, e por vários outros economistas, como Luís Cabral. É também defendida mais concorrência em alguns sectores, o fim dos direitos especiais (*golden share*) e a privatização da CGD e RTP. O mar deve, segundo várias opiniões, ser objeto de atenção e a legislação laboral flexibilizada.

Educação, Justiça e Saúde

São três sectores sempre referidos quando se fala em melhorar o país. A lentidão da Justiça é algo que grande parte dos especialistas ouvidos pelo Expresso mudaria sem hesitar. E há quem vá mais longe. Fernando Augusto Morais, da Associação Nacional de PME, defende que os órgãos superiores, como o procurador-geral da República, o provedor ou os juizes do Tribunal Constitucional, deveriam ser eleitos. Na área da Educação, essencial num país com fraca qualificação dos recursos humanos, surgem várias propostas, como aumentar a concorrência entre as escolas, fazer exames obrigatórios todos os anos e exames de admissão nas universidades (refere Luís Portela, da Bial), e até um programa nacional de matemática e de lógica (sugerido por Pedro Maia Gomes) para os alunos do 5º ao 9º anos de escolaridade. Na Saúde, destaca-se a proposta de Daniel Bessa de suspender o Serviço Nacional de Saúde, que seria substituído por um provisório, até haver um novo onde os contribuintes acima do quarto escalão de IRS deixariam de ter comparticipação. Uma alteração de fundo que poderia implicar uma revisão da Constituição já que o documento fala em saúde tendencialmente gratuita.

Mudar a política

Em tempo de austeridade, a organização do Estado também não deve ser poupada. A criação de círculos uninominais (em vez das listas partidárias para o Parlamento), a redução do número de deputados, a extinção dos governos civis e até de municípios (Mira Amaral, por exemplo, quer extinguir empresas municipais) foram algumas das propostas para melhorar a organização política do Estado. O advogado especialista em direito fiscal Nuno Sampayo Ribeiro defende o fim do nepotismo no Estado e a aposta na pontualidade, no rigor e no escrupulo. João Prouença, da UGT, gostaria de ver combatida a concorrência desleal e o economista Álvaro Santos Pereira mostrou-se preocupado com a corrupção. Ferraz da Costa quer rever o sistema de governo, aumentando as legislaturas para cinco anos e criando um sistema que favoreça maiorias absolutas. Há também propostas para despartidarizar a administração pública, fazendo com que os funcionários progridam pelo mérito e não pelo cartão partidário. Jorge Rebelo de Almeida, da Vila Galé, propõe a revisão do funcionamento dos executivos camarários, que atualmente têm elementos dos vários partidos consoante os resultados obtidos nas eleições.

Aumentar a poupança

O endividamento do Estado, das empresas e das famílias é um dos principais problemas da economia portuguesa. É necessário travar a fundo porque não é possível Portugal continuar a endividar-se no exterior ao ritmo dos últimos anos. Silva Lopes defende medidas fiscais para incentivar a poupança das empresas, como tributar mais os dividendos em IRS, por exemplo, aliviando os impostos sobre os lucros. Do lado do Estado, há a ideia de avançar com um orçamento de base zero em que todas as despesas fossem justificadas e analisadas caso a caso. Álvaro Santos Pereira traça uma meta ambiciosa de ter um défice orçamental e um défice externo a zero em 2016. Para melhorar as contas externas do país e travar o sistemático recurso ao endividamento externo, parte da solução passa por melhorar a balança comercial. Por isso, para quase todos os vários economistas a aposta nos sectores ligados à exportação é essencial e a canalização dos investimentos públicos para estas atividades é fundamental, como frisa, por exemplo, o professor do ISEG João Ferreira do Amaral. Ferraz da Costa, numa perspectiva mais negra, defende mesmo uma reestruturação de parte da dívida externa.